

O estudo da tendência do povo brasileiro à conciliação, apesar de constituir-se em tema central da obra e portanto ter merecido a maior número de reflexões, chega às vezes a provocar interrogações no leitor, como à página 122, no item 32, quando aponta como qualidade positiva desse povo, entre outras, a desaprovação da conciliação, mas isto depois de falar mais de uma vez na sua sensibilidade e reiterado espírito de tolerância. Não entendemos também por que à página 33, afirma sem maiores explicações, que só a partir de 1730, os portos do Brasil passam a servir de escala para os navios do Oriente, quando então se estabelece próspero comércio afro-asiático-brasileiro.

Em contrapartida, os termos com que analise o govêrno reformista de Vargas e a comparação dos demais períodos políticos em relação ao Império; o desequilíbrio regional; o verdadeiro alcance da revolução de 30; as mazelas do nosso ensino; o valor do voto do analfabeto, entre outros temas, todos geralmente escudados em numerosa legislação e dados estatísticos, são reveladores de sincera preocupação com a realidade nacional, que ora continua se debatendo em busca das reformas de base que a libertarão da força opressiva de um pretérito comprometido.

Uma última lição ainda nos deixa esta obra, é a do chamamento à realidade dos historiadores brasileiros, para uma conscientização da qual êle próprio, José Honório Rodrigues, é um dos altos exemplos através dos temas que de uns anos para cá tem abordado em seus estudos.

#### JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA

\*

\* \*

VITA (Luís Washington). — **Alberto Sales, ideólogo da República.** São Paulo. 1965, Cia. Editôra Nacional (Coleção Brasiliana, Vol. 327). 201 págs.

Já se disse que o 15 de novembro foi “um episódio pobre de movimentos, homens e idéias...”, o que considerado em relação à amorfia dos manifestos deitados pelos seus prosélitos ao caráter às vezes mais panfletário do que própria mente doutrinário do seu publicismo e ao vazio que geralmente predomina nas “falas” de muitos dos seus propagandistas, como ainda tendo em vista a distância e a generalizada indiferença popular que o movimento não consegue quebrar na maior parte do país, faz com que a afirmação acima perca sua condição de simples frase de efeito.

Tentativa que visou sobretudo a desmentir a primeira parte daquela frase foi agora realizada por Luís Washington Vita que se acrescenta com sua obra à vasta bibliografia sobre a transição dos regimes.

Desde o depoimento dos chamados “republicanos históricos”, como Rui Barbosa (**Queda do Império**) e Campos Sales (**Da propaganda à Presidência**), ou interpretações propostas por sociólogos como Oliveira Viana (**O Ocaso do Império**) e Gilberto Freire (**Ordem e Pro-**

gresso), por marxistas como Leôncio Basbaun (**História Sincera da República**) ou historiadores que apresentaram ambiciosas sínteses informativas gerais como José Maria Belo (**História da República**) e Heitor Lyra (**História da Queda do Império**) ou ainda percucientes análises históricas sob certos ângulos do tema, como José Maria dos Santos (**Os republicanos paulistas e a abolição e Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista**) e George C. A. Boehler (**Da Monarquia à República**), para fazermos menção apenas de poucas obras que, diga-se de passagem, em sua grande parte ignoram prática e solenemente o nome de Alberto Sales, a biblioteca de assuntos republicanos é numerosa e variada entre nós.

No tocante ao que se pode considerar aqui como pensamento republicano, dentro de um plano de história cultural ou das idéias, alguns trabalhos como a **História do Positivismo no Brasil** de Ivan Lins e **O Positivismo na República** de João Cruz Costa, entre os seus demais estudos, deram-nos elementos para a compreensão da influência que pelo menos um “sistema filosófico” chegou a exercer sobre os republicanos mais teóricos e doutrinários.

Nessa mesma linha, isto é, tendo “em mira não só revelar a contribuição de Alberto Sales para a história das idéias no Brasil, como especialmente afirma a tese do papel significativo do ideólogo paulista para o advento do regime republicano”, como afirma na **Introdução** do seu livro. Luís Washington Vita procurou agora mostrar a consistência da ideologia republicana, ou melhor dizendo, a projeção que teria tido como teórico da República um doutrinador que até então jazia no limbo do esquecimento.

Ora, no que diz respeito à bibliografia que apontamos, verifica-se desde logo a ausência de títulos que pudessem ter estudado a importância da ideologia republicana, o que nos faz considerar duas alternativas: ou os estudiosos chegaram à conclusão de que não haveria interesse numa pesquisa sobre o tema, ou constataram mesmo que nada havia a revelar nesse sentido, com exceção é claro da contribuição positivista.

Assim, conclui-se que, a rigor, João Alberto Sales, ofuscado pela glória política do irmão Manuel Ferraz de Campos Sales, não chegaria a entrar para a história nem mesmo como o “irmão de Campos Sales”, não fôsse este esforço de Luís Washington Vita em exaltar a figura do prócer campineiro.

Restará então indagar no caso deste livro, que ora resenhamos, se ele nos demonstrou que afinal havia um campo de pesquisa suficientemente rico aguardando seu desbravador.

A conclusão um tanto melancólica a que se chega é que não; ou melhor, sem invalidar o esforço do autor, após a leitura do seu trabalho continuamos ainda a aceitar que, quantitativa e qualitativamente, o pensamento republicano enunciado através dos seus teóricos não chegou a alcançar fundamentos ideológicos que, pela sua originalidade, pela força dos seus argumentos, pela abordagem brasileira que apresentassem e pelas perspectivas de integração que tivessem oferecido à realidade nacional coetânea, pudessem dar ao movi-

mento republicano foros de uma politização e de uma doutrinação que na verdade ele não logrou.

Dessa maneira não se pode superestimar as dimensões do movimento republicano ao ponto de desconhecer-se a desunião dos seus interesses, às vèzes até antagonicos e discutíveis na medida em que se analisam os motivos pelos quais suas fileiras foram engrossadas por egressos dos mais variados desenganos ou aliciados pelas pretensões mais imediatistas. Assim, a desunião dos partidos republicanos, as dissensões políticas dos seus membros, o trânsito que em mais de um momento houve entre liberais e republicanos, a falta de um programa nacional e realista que aglutinasse vontades e oferecesse oportunidades de convicção aos seus prosélitos, são tópicos que não podem deixar de ser considerados, pois representam o conjunto objetivo que expressaria a ideologia no caso desta ter sua estrutura bem definida.

É claro que o que estamos considerando não diminui ou não pretende negar a participação doutrinária de Alberto Sales no movimento republicano, uma vez que o autor dêste estudo situa o pensamento do seu personagem em face das coordenadas daquele movimento, mostrando-nos além disso as suas qualidades, isto é, seu saber enciclopédico ao gôsto da época, sua intransigência aos acenos ou intimidações, permanecendo antes fiel às suas idéias, mostrando-nos afinal que Alberto Sales procurou, dentro de suas limitações, expressar com convicção o que acreditava ser a solução ideal para a consolidação do regime e sua expurgação dos vícios que o minavam.

Realizando atenta pesquisa que não descurou, no caso, de algumas das fontes mais promissoras para a reconstituição da participação doutrinária de Alberto Sales, como o precioso arquivo e biblioteca do Centro de Ciências de Campinas, os arquivos do jornal "O Estado de São Paulo" e do Colégio "Culto à Ciência" de Campinas, além de ouvir remanescentes da família Sales, documentou o autor suficientemente seu trabalho, recolhendo textos em geral de difícil acesso para o leitor comum.

Considerando, como faz na página 69, que o advento da República se deu entre nós somente depois de amadurecida o processo político, graças ao debate amplo e à intensa propaganda, quer nos parecer que Luís Washington Vita deliberadamente resolve não tomar conhecimento da ausência de politização que continuávamos sofrendo na segunda metade do século XIX, quando ainda a imigração se concentrava nas fazendas de café, coexistindo inclusive com a escravidão, não dando ensejo, como daria mais tarde, aos movimentos urbanos anárquicos, promotores das tensões reivindicantes, quase sempre bom pasto para os interesses político-partidários. A elite de letrados e os fazendeiros, pelo menos em São Paulo, aquêles mais direta e êstes mais indiretamente comprometidos no movimento republicano, não conseguiam a ressonância popular desejável nem mesmo num centro como Campinas, terra de Alberto Sales, onde a propaganda se revestiu de importância. Aquêles ponto de vista do autor, do qual discordamos por nos parecer, numa primeira reflexão, distante da realidade histórica, não deixa de casar-se com opiniões como a do próprio Al-

berto Sales quando considerava, por exemplo, que entre nós a monarquia não fôra escolhida pelo povo (pág. 83), sem nos explicar contudo a qué espécie de povo êle se referia, isto é, qual a opinião pública organizada e independente que podia naquela altura ter-se pronunciado por essa opção: monarquia-república.

Analisando os momentos mais expressivos da pregação de Alberto Sales, com indisfarçável inclinação apologética, Luis Washington Vita fica não poucas vêzes quase que inteiramente sujeito às opiniões e conceitos de outros autores.

No tocante à bibliografia, acreditamos que obras como as de Heitor Lira, **História da queda do Império** e de Gilberto Freire, **Ordem e Progresso**, poderiam ser usadas com proveito idêntico àquêle tirado pelo autor em outras fontes de informação histórica ou interpretação político-social.

Por último, embora o livro não se proponha a ser uma biografia, segundo a maneira clássica de entender êsse gênero, mas antes “revelar a contribuição de Alberto Sales para a história das idéias no Brasil”, acreditamos não ser descabido reclamarmos maior presença do homem Alberto Sales em suas páginas, pois sua dimensão humana poderia ainda mais auxiliar a compreensão de suas posições político-doutrinárias.

#### JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA

\*

\* \*

ARDANT (Gabriel). — *La théorie sociologique de l'impôt*. Coleção “Bibliothèque Générale”. Publicação da “École Pratique des Hautes Études. VIe section”. S.E.V.P.E.N. Paris. 1965. 2 volumes.

Êste livro não é uma obra referente ao fisco. Trata-se da abertura de um nôvo domínio para a Sociologia, ou melhor, da criação de um nôvo método.

Como se pode conceber, com efeito, uma Sociologia que ignore o mecanismo que assegura a imposição do Estado sôbre o indivíduo, essa “técnica liberal” cuja organização é a razão de ser dos Estados modernos?

Ê demonstrando êsse mecanismo, por uma análise técnica minuciosa, apoiada sôbre uma experiência profissional, combinada com uma formação econômica e filosófica, que o Autor pôde demonstrar como a infra-estrutura econômica do Estado não podia ser compreendida se não se explicasse pela infra-estrutura do impôsto.

Tratando de estabelecer leis sociológicas, o Autor não deixou de tirar uma série de conclusões práticas. Mostra como o problema tão atual da reforma das economias socialistas dependem de uma judiciosa utilização dessa técnica liberal que constitui o impôsto. Indica, muitas vêzes, como as orientações do sistema fiscal dos países ocidentais deveriam ser reformados para cessar de desempenharem cada vez